

## **LUSOFONIA: HISTÓRIA E REALIDADE**

*Jin Guo Ping\**

Em Outubro do ano em curso, teve lugar em Macau o primeiro Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A escolha de Macau como o lugar da realização deste Fórum a nível internacional e a criação do Secretariado personalizam a atenção que o Governo Central dá ao papel particular que Macau possui no desenvolvimento de relações com a Lusofonia, o que se reveste dum profundo significado político e estratégico para o futuro desenvolvimento de Macau.

De facto, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau quando definiu a sua estratégia de desenvolvimento económico e comercial, já tinha um programa bem expresso no sentido de transformar Macau numa plataforma de serviços entre os países de língua portuguesa e o interior da China, sobretudo a parte ocidental de Guangdong, assim como da comunidade empresarial chinesa espalhada pelo mundo. Ficou, sem dúvida, reforçada esta peculiar posição de Macau com a criação do Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa. É do conhecimento geral que esta posição particular de Macau se formou durante o seu processo histórico, de maneira que é preciso fazer uma breve retrospectiva sobre a história da colonização europeia, assim como da história e realidade da Lusofonia.

### **1. SURGIMENTO E QUEDA DOS IMPÉRIOS COLONIAIS EUROPEUS**

Com a expansão marítima, a Europa, através das suas colónias, alargou o seu território pelo mundo inteiro. Portugal e Espanha, dois países ibéricos, foram os colonizadores pioneiros mais antigos da Europa.

---

\* Investigador da História de Macau e da presença portuguesa na China.

O antigo Império Marítimo Português que se formou, a partir das grandes descobertas marítimas, iniciadas no século XV, passou por várias fases de colonização<sup>1</sup>:

- Expansão para o Norte da África;
- Descoberta da Rota Marítima da Índia (Primeiro Império)
- Exploração do Brasil (Segundo Império);
- Colonização da África (Terceiro Império).

Mais tarde, viveu um processo prolongado e lento de desmembramento<sup>2</sup>, que se pode dividir em 3 fases:

- A 7 de Setembro de 1822, a sua maior colónia, o Brasil tornou-se independente;
- A perda de parte das suas colónias africanas como a Conferência de Berlim de 1885<sup>3</sup> e o Ultimatum inglês de 1890;
- Recuperação e independência de algumas colónias, após a Segunda Guerra Mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, e a partir de 1950, a União Indiana solicitou a Portugal uma resolução negocial sobre as colónias portuguesas no território indiano, o que foi recusado por Salazar. Em 1953, romperam-se as relações diplomáticas entre Portugal e a União Indiana. Em 1957, a Assembleia-Geral das Nações Unidas condenou Portugal pela sua atitude de não resolver o problema das suas colónias. Em 1959, Pandita Jawaharlal Nehru da Índia declarou não assumir nenhum compromisso em relação à Goa, fazendo entender que Goa voltaria a Mãe Pátria. A 18 de Dezembro de 1961, a Índia recuperou à força a Índia portuguesa.

Após o 25 de Abril de 1974, a África Portuguesa tornou-se independente<sup>4</sup>. A 7 de Dezembro de 1978, a Indonésia anexou Timor-Leste. A 20 de Dezembro de 1999, Macau reintegrou-se oficialmente na China.

---

<sup>1</sup> Para informações mais detalhadas, cf. António de Sousa Lara, *Colonização Moderna e Descolonização* (Sumário para o estudo da sua história), Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2000, pp.62-111.

<sup>2</sup> *Idem*, pp. 146-151.

<sup>3</sup> João José Brandão Ferreira, *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português da Conferência de Berlim à Descolonização*, Lisboa, Hugin, 2002.

<sup>4</sup> António de Sousa Lara, *op. cit.*, pp. 149-151.

A colonização espanhola começou com a descoberta das Américas por Cristóvão Colombo, apoiado pelos reis católicos. Após uma série de descobrimentos e conquistas, criou-se o Império Espanhol que foi o primeiro império universal onde “o Sol nunca se põe”. Colónias espanholas tornaram-se independentes, sucessivamente a partir do Século XIX. Em certo sentido, a independência do Brasil foi influenciada pelo movimento independentista da América Latina e fez parte desse processo.

França no Século XVI estava empenhada na unificação do seu território, sem ter, portanto, disponibilidade para avançar com a expansão ultramarina. Com o Henrique IV, França começou a elaborar uma política colonial sistemática e continuada, com um forte cunho comercial, o que deu origem a uma série de companhias, dedicadas ao comércio e exploração ultramarinos, das quais a pioneira foi a Companhia das Índias Orientais, fundada em 1604. Até à assinatura do Tratado de Versalhes de 1713, o Império Colonial Francês contava já com 23 países e territórios, que a partir do início do século XX, iniciaram os seus processos de independência nacional.

A expansão colonial inglesa foi bastante tardia. Só começou no século XVII, mas ultrapassou rapidamente todos os países colonizadores mais antigos e chegou a ser a maior potência colonizadora do mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, a maioria das colónias inglesas tornou-se independente. Hong Kong, a sua colónia chinesa, reintegrou-se no País do Meio, a partir de 1 de Julho de 1997.

A Holanda também é um dos países colonizadores europeus mais antigos. Em 1585, o Rei Filipe II de Espanha e Filipe I de Portugal, proibiu os Holandeses de fazer comércio em Lisboa, obrigando-os a criar respectivamente as Companhias Holandesas da Índia Oriental em 1602 e as da Índia Ocidental em 1621, a fim de iniciarem uma concorrência comercial directa com os Espanhóis e os Portugueses. A partir de 1623, os Holandeses começaram a disputar o Brasil. Desde 1652, os Holandeses criaram a sua colónia do Cabo, mas a maior colónia que criaram foi a Indonésia Holandesa. A ocupação japonesa da Indonésia, entre 1942 e 1945, pôs fim à dominação colonial holandesa. A 17 de Agosto de 1945, Sukarno declarou a independência da Indonésia que foi totalmente assumida a partir de 1963.

Entre as nações europeias, a Alemanha foi a que desenvolveu as suas acções colonizadoras num tempo mais recente. Todas as suas colónias se 1059

encontravam no continente africano: no Sudoeste Africano, recordem-se a Namíbia, a África Oriental Alemã, que incluía o Ruanda e Burundi, assim como Togo e a Ilha dos Camarões. Com o Tratado de Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial, as colónias alemãs foram divididas e dadas aos países vencedores. Urundi passou a ser uma colónia belga. A Sociedade das Nações mediante um mandato, passou a Namíbia para a tutela da União Sul Africana. Togo e a ilha dos Camarões passaram para Inglaterra e para França.

As colónias belgas, também estavam todas situadas em África e eram em número mais reduzido. A República Democrática do Congo, isto é, o antigo Zaire, era propriedade privada do rei Leopoldo II da Bélgica. Em 1908, tornou-se uma colónia belga. Após a Conferência de Versalhes de 1919, a Sociedade das Nações, mediante um mandato, fez passar Urundi, a antiga colónia alemã, para a administração belga. Em 1959, o Movimento de Emancipação Hutu derrubou o Governo colonial belga. Em 1961, foram convocadas eleições gerais pelas Nações Unidas. A 1 de Julho de 1962, foi proclamada a República de Congo, que se dividiu em Ruanda e Burundi. Após o golpe de estado de 1965, tornou-se independente.

A Itália só se unificou, em 1861, tendo por isso uma história colonizadora bem mais curta do que as outras potências europeias. Em 1936, Mussolini conquistou a Etiópia, para a vir a perder em Maio de 1941. Em 1936, a Somália foi ocupada pela Itália, que a perdeu em 1945. Entre 1950 e 1960, dada a fragilidade económica da Somália, as Nações Unidas decidiram entregar outra vez o país à tutela italiana. A Líbia que, em 1939, foi integrada no território italiano veio a ser dividida entre a Inglaterra e a França, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1949, as Nações Unidas decidiram reunir as zonas ocupadas pela Inglaterra e pela França, dando assim lugar à criação do Reino da Líbia independente. A 1 de Setembro de 1969, o rei Idris I foi destronado pelo coronel Muammar Khadafi.

Após a Segunda Guerra Mundial, a independência e a emancipação nacionais tornaram-se numa impetuosa corrente mundial, o que fez com que o antigo sistema colonial se desmoronasse e desmembrasse. Nestas circunstâncias, alguns países colonizadores ocidentais com mais sensibilidade política e visão realista, rapidamente analisaram as situações das suas colónias e fizeram reajustes às suas políticas coloniais. As afinidades

históricas, linguísticas e culturais, e as relações sanguíneas, legadas pela presença colonial europeia tornaram-se em laços entre os antigos colonizados e os colonizadores. Potências colonizadoras, tais como, a Inglaterra e a França não perderam tempo em criar respectivamente a Commonwealth e a Francofonia. Outros países colonizadores, como a Alemanha, a Itália, a Espanha, a Holanda e a Bélgica também fizeram todos esforços para manter as relações com as suas ex-colónias.

O surgimento da Commonwealth foi, de facto, um prolongamento do colonialismo britânico, por outras palavras, uma espécie de neocolonialismo. A criação da Francofonia e da Hispanofonia tão-pouco puderam livrar-se de certa conotação neocolonialista, mas com a peculiaridade duma marcante glotopolítica. A necessidade de criar a Lusofonia também surgiu logo após o “25 de Abril de 1974”, numa tentativa de Portugal manter as “relações tradicionais” com as suas ex-colónias.

## 2. MACAU NO IMPÉRIO MARÍTIMO PORTUGUÊS

Macau, que surgiu durante o supracitado Primeiro Império, foi a última malha do Império Marítimo Português e sobreviveu às vicissitudes multisseculares. Os seus segredos de sobrevivência<sup>5</sup> são, realmente, espantosos!

É geralmente aceite pela comunidade científica que, a partir de João Maria Ferreira do Amaral, Macau se tornou numa colónia portuguesa. Antes duma abordagem mais aprofundada desta afirmação, convém vermos qual é a definição de colónia. Segundo o Prof. António de Sousa Lara, os parâmetros mais característicos duma colónia são:

- a) a dominação imposta por uma minoria exterior (Ballandier);
- b) os órgãos do poder político que exercem a soberania têm sede noutra território geograficamente distinto do da colónia (Marcelo Caetano);
- c) o poder político é exercido exclusivamente pelo grupo étnico exterior, sob o signo da superioridade e da acção modificadora da civilização dominante (Adriano Moreira);

---

<sup>5</sup> Wu Zhiliang, *Segredos de Sobrevivência: O Sistema Político e o Desenvolvimento Político de Macau*, Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.

*d)* nos limites de um quadro político étnico funciona uma sociedade plural ou uma sociedade de sociedades com padrões de cultura diferentes (Silva Cunha);

*e)* o contacto de populações de etnias diferentes e a permuta de padrões e traços de cultura são recíprocos, mas de maior intensidade, no sentido da transferência da cultura do grupo étnico dominante, que exerce a dominação a todos os níveis (Jean Marie Gibbal);

*f)* a economia da região dependente é subordinada aos interesses do Estado dominante, que valoriza os recursos naturais da primeira (Ruy Ulrich);

*g)* «a colónia é uma instalação organizada de estrangeiros (...) de modo a poder realizar determinadas e bem definidas funções comerciais, militares, administrativas ou de intermediário.» (J. Borges de Macedo);

*h)* forma-se sempre um fluxo emigratório da metrópole para os territórios coloniais;

*i)* a colónia não existe para si própria (Guy Pervillé).<sup>6</sup>

Em síntese, a “Colónia é uma dominação imposta por um poder político exterior, exercida exclusivamente por um grupo étnico ou cultural sob o signo da superioridade, tendente à transferência das pessoas, instituições, capitais, tecnologia, valores culturais e civilizacionais metropolitanos e à subordinação dos recursos e das instituições da região dependente aos interesses do poder político e do grupo étnico ou cultural dominante”<sup>7</sup>.

Segundo as definições adiantadas, o que João Maria Ferreira do Amaral conseguiu foi apenas uma governação exclusiva em Macau. Aparentemente, os Portugueses começaram a ocupar uma posição predominante em Macau, mas nunca conseguiram dotar Macau dos parâmetros básicos supracitados duma colónia. Nomeadamente, a cultura ocidental, trazida pelos Portugueses, jamais conseguiu impor-se à cultura chinesa. No máximo, exerceu alguma influência. A língua portuguesa, a única oficial, não conseguiu impor-se à comunidade chinesa. Duma óptica cultural e civilizacional, Macau nunca chegou a ser uma colónia, porque esta geralmente usa a língua dos colonizadores. Além disso, a comunida-

---

<sup>6</sup> António de Sousa Lara, op. cit., pp.13-14.

<sup>7</sup> Idem, p.14.

de chinesa foi sempre predominante na vida económica e social do território, o que nos permite afirmar que Macau nunca foi uma colónia portuguesa propriamente dita. Antes de João Maria Ferreira do Amaral, Macau era parte do território chinês num regime de condomínio sino-português e, a partir dele, continuou a ser parte da China, mas sob uma exclusiva administração portuguesa. Mesmo no Tratado de 1887<sup>8</sup>, não houve cedência a Portugal da soberania chinesa sobre Macau. O estatuto jurídico de facto de Macau foi sempre este, mas só veio a ser clarificado a partir dos anos 70 do século XX, quando as Nações Unidas aceitaram, não sem razão, o pedido do Governo chinês, no sentido de excluir Macau da lista dos países e territórios a ser descolonizados. Este pedido não só possui o seu fundamento histórico, mas também corresponde à realidade de Macau.

Pela análise das estruturas política e administrativa da Índia Portuguesa<sup>9</sup>, a aquisição de estabelecimentos portugueses no Oriente fez-se de várias formas: “a) conquista (como em Malaca e Goa); b) aceitação de soberania (como em Ormuz); c) cedência de soberania por acordo (como em Baçaim) ou por testamento de reis convertidos ao cristianismo (como em Ternate e no Ceilão) — o que implicava o consentimento dos povos (sobretudo quando interrompida a sucessão usual ao trono, já que o poder segundo o *pactum subjectionis*, regressava ao povo em quem residia a soberania); d) submissão voluntária decidida por maioria, situação que na prática só se verificou quando houve aceitação tácita (como em Timor); e) vassalagem, materializada no pagamento de páreas e aceite porque usual na Ásia; f) estabelecimentos em territórios onde Portugal não exercia soberania, tais são os casos das fortalezas (obtidas por concessão, ora de comum acordo ora pela força das armas), das feitorias (actuando o Estado

---

<sup>8</sup> António de Saldanha (coord.), *Leitura e Tradução da Documentação Chinesa por Jin Guo Ping e leitura e Tratamento do Texto Manuscrito por Ana Paula Figueiredo, Coleção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China, Volume V, Documentos Relativos às Negociações do Protocolo de Lisboa e do Tratado Luso-Chinês de Amizade e Comércio de 1887 (Primeira Parte) (1886-1888), e Volume VI, Documentos Relativos às Negociações do Protocolo de Lisboa e do Tratado Luso-Chinês de Amizade e Comércio de 1887 (Segunda Parte) (1886-1888)*, Fundação Macau, Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas e Universidade de Macau, 2000.

<sup>9</sup> O nome oficial é Estado da Índia. Este, além de algumas colónias no território indiano, cobria uma extensão muito ampla, a partir do Cabo da Boa Esperança, passando pelo litoral asiático até ao Japão, onde estava incluída também a China.

como empresa mercantil) e dos estabelecimentos espontâneos (locais onde se fixaram e cresceram comunidades portuguesas)”<sup>10</sup>.

À vista desta classificação, e levando em consideração a política da Índia Portuguesa para com a China, podemos ver que todas estas formas estiveram presentes nas relações sino-portuguesas. A começar pelos vários projectos da conquista militar da China<sup>11</sup> e a continuar nas intenções joaninas de fundar fortalezas na foz do Rio das Pérolas<sup>12</sup>. Após o fracasso dos dois projectos, surgiram Liampó, Chincheo, São João e Lampacau, que se enquadravam na categoria de “estabelecimentos espontâneos”. Macau dos primeiros tempos também pertenceu a esta categoria. Mais tarde, passou a ser uma “feitoria”, que ficaria conhecida como a “Primeira República Comercial do Oriente”<sup>13</sup>. A partir de 1583, com autorização das autoridades chinesas<sup>14</sup>, Macau conseguiu certa autonomia interna<sup>15</sup>. O Governo da Índia Portuguesa era apenas representado durante a estadia do capitão-mor das viagens da China e do Japão<sup>16</sup>. Desde 1623, com a nomeação e destacamento do primeiro governador de Macau, o território tornou-se numa entidade política dentro do sistema político-administrativo da Índia Portuguesa e ia tentando constituir-se como uma “fortaleza (cidade fortificada)”, através da construção de muralhas. Evidentemente, os Portugueses não adquiriram Macau, através de “cedên-

---

<sup>10</sup> Maria Ana Marques Guedes, *A História Birmano-Portuguesa além das relações oficiais. Assimilação e Aculturação nos séculos XVII e XVIII*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, inédita, 1999, pp. 180-181. Para uma abordagem mais detalhada do tema, cf.

Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998, pp. 207-243 e António de Saldanha, *IUSTUM IMPERIUM: Dos Tratados como fundamento do Império dos Portugueses no Oriente Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, Lisboa e Macau, Fundação Oriente e Instituto Português do Oriente, 1997.

<sup>11</sup> Jin Guo Ping, *Yesubui Duibua Chuanjiao Zhengece Yanbian Jiyin Chutan — Jianlun Puxi Zhengfu Zhongguo Jibua (Em busca dos motivos que levaram os Jesuítas a reformular a sua política missionária na China — Um relance histórico sobre os projectos ibéricos de conquista da China)*, in *Xili Dongjian (O Ocidente ao Encontro do Oriente)*, Fundação Macau, 2000, pp. 120-157.

<sup>12</sup> Wu Zhiliang, op. cit. p. 38.

<sup>13</sup> Idem, p. 63.

<sup>14</sup> Jin Guo Ping e e Wu Zhiliang, *Chenrui Zhaojian Aomen Puren de Yuanwei (Qual teria sido o verdadeiro motivo pelo qual o Vice-Rei de Cantão Chen Rui convocou os Portugueses de Macau?)* in *Dongxi Wangyang (Em busca de história(s) de Macau apagadas pelo tempo)*, Associação de Educação de Adultos de Macau, 2002, pp. 151-181.

<sup>15</sup> Wu Zhiliang, op. cit. pp. 67-71.

<sup>16</sup> Idem, p. 64.

cia de soberania por acordo”, ou “por testamento de reis convertidos ao cristianismo”, ou por “submissão voluntária decidida por maioria”, ou por “vassalagem”; antes pelo contrário, tinham de pagar foro ao imperador chinês e deste obtinham a mercê de serem autorizados a viver em Macau como seus vassallos. A partir do Século XVII, com a perseguição de Nanquim, apareceu toda uma série de versões de combates a piratas para explicar o surgimento de Macau, que não são de todo indocumentadas<sup>17</sup>. Até ao Século XIX, o Governo português lançou oficialmente a teoria de combate a piratas, a fim de comprovar que Macau teria sido conquistado aos piratas pelos portugueses. O objectivo era dar a Macau um estatuto de terra conquistada, a mais prestigiada das aquisições territoriais portuguesas, do ponto de vista político e administrativo colonial. Isto teria sido a base teórica de todas as teorias de combates a piratas. Nos séculos XVI e XVII, a “conquista”, na linguagem tradicional, corresponderia ao que nos séculos XIX e XX se chama colónia<sup>18</sup>. Macau começou por ser um “estabelecimento espontâneo” que pertencia à categoria mais baixa da estrutura política e administrativa da Índia Portuguesa e não deixou de lutar para mudar de estatuto, fosse perante as autoridades da Índia Portuguesa, fosse perante as chinesas, numa tentativa constante de conseguir uma categoria mais elevada.

Os Portugueses, apesar dos seus esforços multisseculares, nunca conseguiram transformar Macau numa colónia como o Brasil, a África Portuguesa, a Índia Portuguesa ou Timor-Leste. Este objectivo não chegou a ser atingido até ao momento em que eles se retiraram de Macau.

---

<sup>17</sup> O Prof. Tang Kaijian publicará em breve uma versão xilografada dum memorial ao Trono apresentado pelo Procurador do Leal Senado de Macau, que se intitula “Memorial acerca dos antecedentes sobre serviços prestados, em sinal de lealdade para com a Coroa da China, apresentado pelo Procurador”, onde há referências expressas aos combates que os Portugueses travaram contra os piratas chineses em 1557. Numa fonte em birmanês, datada do século XVII, que se chama de “Puteguê Yamawin” há os seguintes capítulos: “71. Relações de chineses e portugueses”, “72. Hostilidades entre portugueses e ladrões chineses na ilha de Macau” e “73. Ataque dos portugueses à ilha de Macau”. Cf. Maria Ana Marques Guedes, ob. cit., p. 271. Para um estudo mais recente sobre esta questão, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Razões Palacianas na Origem de Macau*, in *Macau*, III série N.º 14, Maio de 2003, pp. 82-95 e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Com ou sem o conhecimento do Imperador?* In *Macau*, III série N.º 15, Agosto de 2003, pp. 96-107.

<sup>18</sup> Luís Filipe Thomaz, op. cit., p. 224.

Em relação a outros países europeus, Portugal demorou mais de meio século a dar uma solução ao problema das suas colónias africanas. Para manter a chamada “integridade do Império”, Portugal empenhou-se com mais tenacidade, em comparação com outras potências coloniais europeias, na manutenção das suas colónias, o que se prende com dois factores: Primeiro, por razões históricas, tentou manter o recorde mundial de um dos países colonizadores mais antigos do mundo; Segundo, tendo uma economia mais fraca do que os restantes países colonizadores europeus, tinha uma maior dependência do fornecimento de matérias-primas, dos mercados e do destino de emigração da população metropolitana. Por isso, Portugal gastou enormes recursos financeiros e humanos numa guerra colonial que se prolongou por mais de uma década, causando dores e sofrimentos ao seu próprio povo e aos povos africanos da língua portuguesa.

A prolongada guerra colonial em Africa foi um dos factores que contribuiu para o surgimento do “Movimento do 25 de Abril”, que provocou a queda do regime salazarista em 1974. Após a “Revolução dos Cravos”, o novo Governo português iniciou imediatamente o processo de descolonização das suas colónias africanas.

Nestas circunstâncias, o novo poder também tentou resolver o problema de Macau, mediante negociações com a China<sup>19</sup>. O País do Meio, de acordo com a orientação preestabelecida de “Planeamento a longo prazo e utilização exhaustiva”<sup>20</sup>, decidiu resolver o problema de Macau na altura que lhe parecia mais conveniente. Somos da opinião de que a reintegração de Hong-Kong e Macau na China não significa o fim da orientação de “Planeamento a longo prazo e utilização exhaustiva”. Macau pode, assim, continuar a desempenhar as suas funções históricas. Por “utilização exhaustiva” entende-se que Macau pode servir-se das suas vantagens históricas e culturais para desempenhar uma nova função importantíssima, que reside em se transformar numa plataforma económica e comercial entre a China e os países da língua portuguesa, cuja população é de aproximadamente de 200 milhões de habitantes. Assim, o Governo da

---

<sup>19</sup> Wu Zhiliang, op. cit. p. 372-388 e Moisés Silva Fernandes, *A Normalização das Relações Luso-Chinesas e a Questão da Retrocessão de Macau à China, 1974-1979*, neste mesmo número.

<sup>20</sup> Jeong Wan Chong, *Acerca da inevitabilidade histórica de “Um país, dois sistemas”*, neste mesmo número.

Região Administrativa Especial de Macau expõe a sua posição no Programa de Governo para este ano, o que constitui um acto de grande sabedoria política do actual Governo de Macau e uma inovação na aplicação da orientação do “Planeamento a longo prazo e utilização exaustiva”.

Hong-Kong, apesar de ser mais desenvolvido do que Macau em termos económicos e comerciais, não o é e nunca foi no que toca a miscigenação, porque os britânicos promoviam o lema “not going to native” e os Portugueses, por motivos históricos demográficos, têm promovido uma política de miscigenação inter-racial. Os Filhos da Terra, euro-asiáticos que nasceram nestas circunstâncias históricas são parte da identidade de Macau e membros da grande família chinesa. Por onde quer que andem, muitos consideram Macau como a sua única terra. Sentimentalmente, estão muito ligados a Macau. Os Filhos da Terra são parte do património de Macau, são redes humanas com que Macau comunica com o resto do Mundo. O Governo de Macau, dada a sua magnanimidade, estima muito este ramo de sangue de Macau, espalhado pelo Mundo inteiro, que contribui para a prosperidade de Macau. Temos a certeza de que os Filhos da Terra por este mundo fora responderão ao apelo do seu “torrão”, a fim de contribuir, na medida das suas possibilidades, para que Macau seja uma ponte entre a China e o Mundo Lusófono.

### 3. A LUSOFONIA E ALGUMAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DO MUNDO LUSÓFONO

A língua de Camões é a sétima maior do mundo, logo a seguir ao chinês, o hindi, o inglês, o espanhol, o russo e o árabe. Os seus falantes formam uma população de aproximadamente 200 milhões de habitantes. Nos últimos anos, no vocabulário português, surgiram alguns neologismos e novas siglas, tais como a Lusofonia, PALOPs, UCCLA, AULP e CPLP, etc., que são indicadores de novos quadros políticos, diplomáticos, militares, económicos e culturais, nas relações internacionais, cimentadas por laços linguísticos e culturais.

#### 1) Lusofonia

Morfologicamente, é composta por 3 elementos. Etimologicamente, “lusó” vem do “lusu” que se refere à Lusitânia, uma das três províncias ibéricas do Império Romano, cujo território se situava dentro de Portugal. Os adjectivos “lusitana” ou “lusitano” são sinónimos de português; 1067

“fon”, que vem do grego, quer dizer “som”, “língua”, “palavra”; “a” é um sufixo também de origem grega, com que se formam os substantivos abstractos, derivados de adjectivos que exprimem um “estado”, uma “qualidade”, uma “deficiência”, uma “capacidade”, etc.

Trata-se dum neologismo que não está registado na maioria dos dicionários.

O recente e autorizado “Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea” da Academia das Ciências de Lisboa dá as seguintes definições:

“lusofonia s.f (De lusófono + suf. -ia). 1. Qualidade de ser português, de falar português; a que é própria da língua e cultura portuguesas. 2. Comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial. 3. Difusão da língua portuguesa no mundo.”<sup>21</sup>

“Lusofono1, a. adj. (Do luso + suf. -fon). 1. Que fala português. 2. Diz-se do país ou povo cuja língua materna ou oficial é o português.”<sup>22</sup>

“lusofono 2, a. s. (De luso + suf -fono).1.Pessoa que fala português. 2. País ou povo cuja língua materna ou oficial é o português.”<sup>23</sup>

Numa óptica linguística e cultural com a Lusofonia designa-se uma comunidade linguística, formada pelos falantes de português, com características culturais e históricas afins. Falando em termos geográficos e sócio-políticos, a Lusofonia refere-se aos 8 países de língua oficial portuguesa. Como o português é uma das duas línguas oficiais da Região Administrativa Especial de Macau, é nesse sentido que Macau também faz parte da Lusofonia.

O português que constitui o traço básico da Lusofonia é o laço histórico-cultural, que marca a identidade das comunidades dos luso-falantes. Por razões históricas sobejamente conhecidas, as “relações tradicionais especiais” entre os povos lusófonos mantêm-se através dum bem comum que é a língua portuguesa.

Dentro do mundo lusófono, o português tem estatutos diferentes. Em Portugal, no Brasil, em Moçambique e em Angola, o português é a língua materna de toda a população ou da maioria da população. Nos

---

<sup>21</sup> Academia das Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Verbo, vol. G-Z, 2001, p. 2310.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.

restantes países, o português é a língua oficial e de ensino. Na Guiné (Bissau), em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe e em Timor-Leste, falam-se crioulos derivados do português. Em Macau, o português, apesar de ser uma das duas línguas oficiais, não é a língua materna da maioria da população, mas isto não afecta nada o seu estatuto como membro da Lusofonia.

A Lusofonia é um fenómeno associativo, a nível mundial, bastante recente, baseado em afinidades linguísticas e culturais. Dos movimentos semelhantes mais antigos, temos a Francofonia, composta por 51 países, cujos objectivos são promover a educação, a pluralidade cultural, o desenvolvimento económico, a paz, a democracia e os direitos humanos nos seus países membros, entre outros. Temos ainda a Commonwealth, com 54 membros (neles está incluído o lusófono Moçambique), cujos objectivos são promover a defesa dos direitos humanos, a igualdade entre homens e mulheres, o desenvolvimento económico e comercial, a protecção ambiental, o apoio às Nações Unidas, as acções educativas e culturais, entre outros. Ainda há a Hispanofonia<sup>24</sup>, com 19 países membros, em que também está representado Portugal.

A Lusofonia é muito mais do que um conceito que se prende com fronteiras físicas. A Lusofonia representa um espaço lusófono à escala planetária, pluricontinental e multicultural. Não somente os lusofalantes e as terras onde o português é a língua oficial pertencem à Lusofonia, mas também qualquer grupo étnico ou terras que tiveram, ao longo da história, contactos intensos com a língua e a cultura portuguesas (Por exemplo, Goa, Damão, Diu e outros lugares da costa Indiana, Sri-Lanka, Malaca, várias ilhas indonésias, Aruba, Curaçao, Bonaire e a Guiana Holandesa, entre outros.), devem ser incluídos na Lusofonia, porque nestes lugares ainda se falam crioulos derivados do português, que são as línguas maternas dos habitantes locais. Sem dúvida, as comunidades emigrantes portuguesas, brasileiras e africanas de língua oficial portuguesa fazem parte da Lusofonia. Em Macau, o português foi a língua administrativa e de ensino, continuando a ser, actualmente, uma das duas línguas oficiais, o que lhe dá o estatuto de membro da Lusofonia. Em suma, a Lusofonia é, antes de mais, uma comunidade que tem fortes laços históricos, culturais e linguísticos e não uma simples comunidade linguística.

---

<sup>24</sup> O seu nome oficial é “Comunidade Ibero-Americana”.

Além disso, qualquer lusófilo, mesmo que não seja lusófono, caso de muitos estudiosos chineses da história de Macau e da presença portuguesa na China, deve ser considerado como um membro da Lusofonia.

Pelo exposto, e como a Lusofonia também é conhecida como Mundo Lusófono, sugerimos *Puyu Shijie* (Mundo Lusófono) como a tradução chinesa mais adequada para o termo, já que é difícil encontrar uma expressão que abranja todas as acepções da Lusofonia. Em *Puyu Shijie* (Mundo Lusófono), estão reunidos os conceitos de: “países e povos que têm o português como língua materna ou oficial”: “país ou povo cuja língua materna ou oficial é o português”, os países e territórios que tiveram contactos com a língua e cultura portuguesa, a diáspora portuguesa, a diáspora brasileira, a diáspora macaense, a diáspora africana lusófona e os lusófilos.

O conceito de “Um adjetivo+fonia” surgiu pela primeira vez em francês com o termo *Francophonie*. Foi o geógrafo francês Onésime Reclus quem inventou esta palavra em 1880. A sua acepção inicial era “territórios onde se usa o francês no quotidiano”<sup>25</sup>. Por isso, o *Dictionnaire Français-Chinois* traduz *Francophonie* por “Países onde se fala o Francês”<sup>26</sup> nos finais do século XIX.

Na actualidade, o termo ganhou novas acepções. Foi sugerida a tradução de “Países e territórios onde se fala o Francês”. Embora tenha sido alargado um pouco o âmbito geográfico, continua a ser uma tradução insatisfatória, pois a sua riqueza semântica não está patente. Por analogia com a tradução da Lusofonia, sugerimos que se adoptem “Nome da língua+mundo” para traduzir *Francofonia*, *Hispanofonia*, *Anglofonia*<sup>27</sup> e *Russofonia*<sup>28</sup>.

De passagem, desejamos analisar brevemente o conceito de “*Dazhongguo* (literalmente: Grande China), que está muito na moda. A sua conotação, como a Lusofonia, deve ultrapassar o simples âmbito

---

<sup>25</sup> Maria José Simões de Brito Lopes Ferreira, *A Lusofonia e a política da língua e da cultura: a cooperação com os países africanos lusófonos*, tese de mestrado em Relações Interculturais, Lisboa, Universidade Aberta, 1996, vol I. p. 12, nota 1.

<sup>26</sup> *Dictionnaire Français-Chinois*, Shanghai, Editora de Traduções, 1982, p. 555.

<sup>27</sup> É a Commonwealth. Cf. Dário Moreira de Castro Alves, *Glótopolítica, línguas do Mundo, Lusofonia e comunidade dos países de língua portuguesa*, anglofonia, russofonia, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999, Separata de Cultura — Revista de História e Teoria das Ideias, vol. 11, pp.219-221.

<sup>28</sup> É a Comunidade dos Estados Independentes. Cf. Idem, pp. 221-222.

geográficos, no que se refere à China e a Taiwan, dos dois lados do Estreito de Taiwan, Hong e Macau, estendendo-se a toda a esfera da cultura chinesa (Por exemplo, a Singapura), à diáspora chinesa e à sua descendência, que mal fala ou não fala o chinês, assim como a todo o sinófilo e sinólogo ocidental, falante ou não de chinês. Por isso, a tradução mais aceitável para *Dazhongguo* (Grande China) é *Sinofonia* e não “Greater China”<sup>29</sup>, que parece corresponder à expressão chinesa, mas está muito desviado do espírito do conceito de *Dazhongguo* (Grande China).

## 2) PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)

A sua tradução chinesa é *Yi Putaoyayu Wei Guanfang Yuyan de Feizhou Guojia*, abreviada para *Feizhou Puyu Guojia*. Trata-se dum eufemismo de expressões com certas *nuances* coloniais, tais como “África Portuguesa” ou “colónias portuguesas”. Os PALOPs são Angola, Moçambique, Guiné (Bissau), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

## 3) UCCLA União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas

É uma organização internacional não governamental, criada em 1985, de carácter municipal, de que é presidente, por inerência, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Os seus membros não se limitam às capitais lusófonas como o nome indica. Algumas cidades históricas famosas também estão filiadas nesta associação. Na actualidade, conta com os seguintes membros: Lisboa, Brasília, Luanda, Maputo, Bissau, Praia, São Tomé, Macau, Cacheu, Guimarães, Ilha de Moçambique, Rio de Janeiro, Salvador, Santo António do Príncipe, Água Grande, Belém, Belo Horizonte, Bolama, Díli, Huambo, Porto Alegre e São Vicente, etc. A antiga Câmara Municipal das Ilhas também era membro associado.

Tem como principal objectivo dinamizar o entendimento e cooperação entre os povos de língua portuguesa através de divulgação da língua portuguesa e acções culturais.

---

<sup>29</sup> Gary Ngai, *Prospects of Greater China in the 21st Century*, Macau, Instituto Internacional de Macau, 2003.

#### 4) AULP<sup>30</sup> (Associação das Universidades de Língua Portuguesa)

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa, criada em 1986, é uma organização não governamental reconhecida pela UNESCO. Nela estão filiadas as universidades portuguesas e brasileiras, a Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, a Universidade de Angola, o Centro de Formação de Professores da Guiné (Bissau) e o Instituto de Investigação Agrária e a Escola de Formação de Professores (de Cabo Verde), num total de mais de 120 instituições. A Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau participam nas suas reuniões. O seu principal objectivo é a salvaguarda e o desenvolvimento da língua portuguesa.

#### 5) CPLP<sup>31</sup> (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

Actualmente, há uma proliferação de traduções chinesas desta sigla, tais como *Putaooyayu Guojia Zuzhi*, *Puyuxi Guojia Gongtongti*, *Puyu Guojia Lianbang*, *Puyu Guojia Gongtongti*, etc. A nosso ver, esta última tradução é mais exacta e deve ser adoptada como a oficial da CPLP.

A CPLP representa uma institucionalização de laços, de há muito existentes, baseados na língua portuguesa<sup>32</sup>.

A ideia embrionária partiu, no início do século XX, concretamente em 1902, do intelectual brasileiro Sílvio Romero, que foi quem lançou a proposta duma Federação Luso-Brasileira, que poderia constituir um bloco simultaneamente cultural e militar. Em 1909, a Sociedade de Geografia de Lisboa avançou com a constituição de uma Confederação Luso-Brasileira, ideia que se gorou com o advento da República em Portugal<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Manuel Coelho da Silva, *Aomen yu Puyu Guojia de Jiaoliu-Puyaoyayu Daxue Xiehui Jibua (Uma via de intercâmbios entre Macau e os Países de Língua Portuguesa)*, in *Zhong Wai Wenbua Jiaoliu yu Aomen Yuyan Wenbua Guoji Yantaobui Lunwenji (Actas do Seminário Internacional sobre os Intercâmbios culturais entre a China e o resto do Mundo e as línguas e culturas de Macau)*, Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2002, pp. 14-18.

<sup>31</sup> Este nome foi dado pelo Dr. José Durão Barroso, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e actual Primeiro-ministro de Portugal, por isso, chamam-lhe jocosamente o “Padrinho da CPLP”.

<sup>32</sup> Para uma cronologia da CPLP até 1996, pode-se consultar o *Público*, edição de 17 de Julho de 1996.

<sup>33</sup> Pedro Ferreira, CPLP, *ponto do encontro do mundo lusófono*, in ELO, n.º 15, Abril-1072 -Junho de 1993, p.51.

Na década 60, um grupo de intelectuais, encabeçados por Agostinho da Silva<sup>34</sup>, José Aparecido de Oliveira, Jorge Amado e Eduardo Portela, criou o Instituto de Estudos Brasileiros. Em 1961, as primeiras três personalidades referidas fundaram o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que promovia o intercâmbio entre instituições de língua portuguesa em vários continentes. Este foi um precursor da CPLP<sup>35</sup>. Quando o Prof. Agostinho da Silva passava os seus dias de reformado em Lisboa, tivemos o privilégio de privar com ele, em convívios muito frequentes, nos quais escutávamos as suas animadas exposições sobre o “Quinto Império”. O “Quinto Império” tão idealizado por ele e Fernando Pessoa já é uma realidade. O nosso saudoso mestre, que está a descansar noutra mundo melhor, deve estar contente por ver o seu sonho realizado .

Nos anos 70, a “Revolução do 25 de Abril” e a descolonização da África Portuguesa criaram as condições para uma nova aproximação entre os povos lusófonos. Em 1983, o ministro dos negócios estrangeiros português de então, durante uma visita oficial a Cabo Verde, formulou a proposta inicial da formação da CPLP. Em 1987, o Dr. Mário Soares advogava a aproximação de Portugal ao Brasil e aos países africanos de língua portuguesa. A 1 de Novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, foi assinada a acta de constituição do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que pode ser considerado um embrião da CPLP. O fim da “guerra-fria” criou novos quadros nas relações internacionais, deixando surgir os factores viabilizadores de agrupamentos com base em afinidades geopolíticas e geoeconómicas, culturais e linguísticas. Em Setembro de 1993, aquando da realização da Assembleia-geral das Nações Unidas, os Ministros dos Negócios Estrangeiros de 7 países lusófonos reuniram-se em encontros, onde o Embaixador José Aparecido de Oliveira apresentou oficialmente o projecto da constituição da CPLP, que foi calorosamente acolhido pelos restantes 6 países. A partir daí, multiplicaram-se as mesas redondas entre os 7 para discutir a fundo os pormenores da

---

<sup>34</sup> Sobre “*Uma das máximas figuras da cultura portuguesa deste século*”, cf. Wu Zhibiliang, *Wenhua Langzi Banni Juru-Dao Ensbi Aogusidinuo Jiaoshou (Homem de Cultura das Sete Partes do Mundo e Grande Letrado Rebelde — em memória do saudoso mestre Agostinho da Silva)* e *Aogusidinuo Zbounianji (Pela ocasião do primeiro aniversário do passamento do saudoso mestre Agostinho da Silva)*, in *Dongxi Jiaohui Kan Aomen (O Encontro Luso-Chinês em Macau)*, Fundação Macau, 1996, pp. 127-132.

<sup>35</sup> Maria José Simões de Brito Lopes Ferreira, op. cit., vol. II, p. 200.

institucionalização da CPLP. A 17 de Julho de 1996, a CPLP foi declarada oficialmente fundada<sup>36</sup>, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, capital de Portugal. A sede fica em Lisboa e os membros são 7 países: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné (Bissau), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A 31 de Julho de 2001, na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, foi admitida a República Democrática Timor-Lorosa e como membro de plenos direitos da organização.

Os seus objectivos são, com base em apoios e no respeito mútuo, levar a cabo consultas políticas e dinamizar a cooperação nas áreas económicas, culturais, educacionais e sociais. Dentro da Comunidade, todos os países membros, seja qual for a sua dimensão, gozam da mesma igualdade.

Segundo o seu estatuto<sup>37</sup>, a direcção da comunidade está dividida em 4 órgãos: a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, que é a autoridade máxima e define estratégias da organização; o Conselho de Ministros, ao qual cabe a recomendação dos candidatos para o cargo de Secretário Executivo; o Comité de Concertação Permanente, que é um órgão com função fiscalizadora e o Secretariado Executivo, que é o representante da organização.

A subsistência da CPLP é assegurada através das quotas pagas pelos seus membros e também por contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas. As principais áreas de cooperação são: a política, a diplomática, a cultural, a económica e a financeira. O objectivo económico é potenciar as relações económicas entre os diferentes Estados, nomeadamente agilizando as trocas comerciais e fomentando os investimentos nos sectores mais carenciados. Por isso, a CPLP é um bloco estratégico de carácter político, diplomático e militar, baseado em afinidades históricas, linguísticas e culturais, com objectivos expressos de integração económico-financeira. No Ocidente, chamam-lhe de Glotopolítica. O grande poeta Fernando Pessoa tem um verso famosíssimo: *A minha Pátria é a língua portuguesa*. Não seria uma inspiração para a grande empresa da reunificação chinesa?

---

<sup>36</sup> O texto integral da Declaração Constitutiva pode ser consultado in Maria José Simões de Brito Lopes Ferreira, op. cit., vol. II, anexo 33.

<sup>37</sup> Maria José Simões de Brito Lopes Ferreira, op. cit., vol. II, anexo 34.

Para atingir a integração económico-financeira, por ocasião da realização do II Fórum Empresarial da CPLP, realizado em Junho de 2003 em Fortaleza, o respectivo Secretário Executivo disse que “o Conselho Empresarial, em fase de construção, terá o potencial de operar como uma grande Câmara de Comércio e Indústria, que unirá os empresários dos oito países da CPLP (...) e permitirá um maior acesso aos mecanismos de cooperação dos blocos onde os países estão inseridos — União Europeia, União Económica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)”<sup>38</sup>.

Cabo Verde, a Guiné (Bissau) e São Tomé e Príncipe, apesar de serem países com o português como a língua oficial, devido a factores geopolíticos e geoeconómicos, também fazem parte da Francofonia. Moçambique, além de ser membro da CPLP, está integrado na Commonwealth. Portugal está representado na Hispanofonia. Por isso, a China, através dos contactos directos de Macau com a Lusofonia, poderá ter acesso indirecto, mas facilitado ao enorme mercado constituído pela Francofonia, pela Hispanofonia e pela Commonwealth.

Sob esta óptica, o *Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa*, em que Macau teve o privilégio de organizar o seu primeiro certame, possui um amplo espaço operacional e muito boas perspectivas, que permitem ao território desempenhar em plenitude importantes funções no estreitamento das relações económicas e comerciais entre a China e o resto do mundo.

---

<sup>38</sup> [www.fe.unl.pt/~jbmacedo/papers/CPLPOCDE.htm](http://www.fe.unl.pt/~jbmacedo/papers/CPLPOCDE.htm)

